



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA LGBT

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

CONSELHO LGBT

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº06

PAUTAS: 1) discussão sobre junção dos grupos de trabalho; 2) Conferência Municipal de direitos das Pessoas LGBTI+;

Participantes do Governo: Kylie Pessoa (Titular - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Rebeca Rodrigues (Assessora da Coordenação de Políticas para LGBTI+ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Jhonatas da Silva (Suplente - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Isabel Rebeca de Souza Silva (Suplente - Secretaria Municipal de Cultura), Karine Evelyn Alves Carvalho (Titular – Secretaria Municipal de Educação), Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta (Titular – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), Nilda Keiko Toyomoto Ito (Suplente – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social).

Participantes da Sociedade Civil: Ideraldo Luiz Beltrame (Titular - Segmento de Homens Gays), Marcela Bosa (Titular – Segmento das Travestis), Cinthia Abreu (Titular – Segmento de Mulheres Lésbicas), Camilo Ferreira da Silva Nunes (Suplente – Segmento de Homens Trans), Diego Alves Carvalho (ArtGay), Andreza do Nascimento Almeida (Titular – Segmento de Mulheres Bissexuais). Maciel Silva Nascimento (Vice-Presidente do Conselho Municipal LGBTI+ - SINDSEP/SP).

Convidados: Luciano Fernandes de Souza (Coordenador do Centro de Referência LGBTI+ - Cláudia Wonder)

A Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas para LGBTI+ foi realizada no dia 26 de abril de 2025, às 10 horas, em formato híbrido, com participação presencial na Rua Líbero Badaró, nº 119 – Centro. A sessão foi presidida por Kylie Pessoa, que, após a segunda chamada para verificação do quórum necessário, deu início às pautas previstas para a reunião.

Dando continuidade aos trabalhos do dia, a presidenta Kylie Pessoa destacou a importância simbólica da data, em virtude da celebração do Dia da Visibilidade Lésbica. Na ocasião, saudou e homenageou todas as mulheres lésbicas, em especial as que compõem o Conselho. Aproveitou também para agradecer a participação e o empenho de todas, ressaltando o trabalho em rede, com destaque especial para a assessora Rebeca Rodrigues, que, devido a procedimentos e especificidades internas da Secretaria Executiva, tem se dedicado ativamente aos Grupos de Trabalho, e as demandas da Secretaria Executiva.

Rebeca informou que, conforme deliberação anterior em reunião extraordinária, os Grupos de Trabalho (GTs) permaneceriam suspensos até a realização da IV Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+. Na ocasião, foi apresentada a proposta de unificação dos seguintes GTs: GT de Centros de Referência LGBTI+, e GT de Relações Institucionais, considerando a sobreposição de pautas e demandas entre ambos os grupos.

Foi explicado que, apesar da proposta de junção, não será criado um Grupo de Trabalho unificado. Em vez disso, serão realizadas reuniões conjuntas entre os GTs envolvidos, respeitando as resoluções previamente estabelecidas em plenária. Ressaltou-se, ainda, que, nos casos em que houver necessidade de tratar de pautas específicas de apenas um dos GTs, poderão ser convocadas reuniões exclusivas para esse fim.

Rebeca ressalta que essa medida trará benefícios à dinâmica de trabalho, promovendo a otimização do tempo e incentivando uma maior participação dos membros. Além disso, contribuirá para a garantia do quórum mínimo necessário para a realização das discussões.

Em seguida, foi aberta a votação da proposta, sendo todos os votos registrados favoráveis. Dessa forma, foi aprovada a realização de reuniões conjuntas entre os Grupos de Trabalho de Centros de Referência LGBTI+, e de Relações Institucionais.

Kylie reforçada a importância de adotar medidas que promovam maior praticidade nas atividades do Conselho. Destacou-se, ainda, que todos os membros que integravam os GTs anteriormente separados poderão somar esforços nesse novo arranjo. Também foi registrado o compromisso de reservar, nas reuniões conjuntas, espaços específicos para o tratamento de demandas particulares de cada tema, sempre que houver necessidade.

Na sequência, Rebeca trouxe à pauta a proposta de realização de encontros com os coordenadores e técnicos dos Centros de Referência LGBTI+. A iniciativa, já acordada em reunião anterior pelos membros do GT de Relações Institucionais, prevê a

realização desse encontro durante uma Reunião Ordinária do Conselho, com a participação do coordenador, assistente de gestão, e de dois técnicos de cada Centro de Referência. O objetivo é fortalecer a aproximação entre os membros do Conselho e a equipe de cada Centro de Referência LGBTI+.

Rebeca informou que os membros presentes do Grupo de Trabalho de Relações Institucionais, já haviam votado favoravelmente à proposta em momento anterior, no entanto, a ratificação formal deveria ocorrer durante a presente reunião ordinária.

Além disso, Rebeca informou que, na última reunião do Grupo de Trabalho de Relações Institucionais, a conselheira Daniela sugeriu a ampliação da proposta, incluindo o convite a outros coordenadores responsáveis por equipamentos voltados ao atendimento e acolhimento da população LGBTI+ no município de São Paulo. O objetivo é promover diálogos entre o Conselho e esses gestores, com foco na construção e no aprimoramento de políticas públicas destinadas às pessoas LGBTI+ atendidas por tais equipamentos.

Em virtude da discussão, o conselheiro Ideraldo, solicitou a palavra para se posicionar, com respeito e consideração ao colega Diego, também conselheiro, a respeito da proposta anteriormente apresentada, que sugeria também o convite a patrocinadores das Paradas periféricas para participarem desse encontro com o Conselho. Ideraldo afirmou que, embora compreenda a intenção da proposta, considera que, neste momento, não seja oportuno mesclar as pautas. Argumentou que se trata de frentes distintas e que essa integração poderá ser avaliada futuramente, em um contexto mais apropriado.

Rebeca informou que o conselheiro Wesley, recém-integrado ao Conselho como representante da SMADS, votou favoravelmente à inclusão de representantes do CREAS e do Centro Pop, considerando a relevância dos serviços prestados por essas instituições vinculadas.

Logo ao tomar a palavra, o conselheiro Diego Carvalho destacou a importância da ampliação dos debates no Grupo de Trabalho de Relações Institucionais, visando, futuramente, a apresentação de propostas ao plenário. Ressaltou que, na prática, a execução das ações requer recursos financeiros e humanos, reconhecendo as limitações da Prefeitura em suprir integralmente todas as demandas necessárias para os eventos e atividades, assim como as restrições enfrentadas pelos Conselhos e pelas entidades vinculadas ao Desenvolvimento Social.

O conselheiro mencionou que, embora a Prefeitura disponha de alguns equipamentos e recursos, a participação da iniciativa privada se mostra essencial para complementar os investimentos necessários. Destacou, ainda, que o Conselho tem o papel de propor

ideias e diretrizes, mas que a viabilização orçamentária dessas propostas depende de discussões mais amplas. Por esse motivo, sugeriu o amadurecimento da ideia de envolver outros agentes e parceiros externos que possam contribuir com o financiamento e apoio às iniciativas do Conselho. Reforçou que essa proposta ainda se encontra em fase inicial e que não se trata, neste momento, de um tema a ser deliberado pelo plenário, mas sim de um ponto de partida para reflexões e discussões internas no âmbito do Grupo de Trabalho de Relações Institucionais

Destacou, ainda, a importância de manter a atenção e fomentar o debate sobre o tema. Mencionou a colaboração do Sr. Pedro Leão, responsável pelas áreas de gestão de fomento da Secretaria da Cultura, que tomou conhecimento das demandas provenientes das paradas periféricas, cujo número tem aumentado significativamente.

Kylie retoma a palavra e informa que o senhor Pedro Leão, em reunião com a Coordenação LGBTI+, apresentou a possibilidade de elaboração de um edital específico para apoiar as paradas periféricas, oferecendo, inclusive, um modelo conjunto de infraestrutura. A proposta foi considerada de grande relevância e recebeu acolhida positiva por parte dos membros do Conselho.

Kylie enfatizou que, embora o tema das paradas periféricas esteja sendo tratado na esfera dos Direitos Humanos, essa área não possui capacidade para absorver integralmente demandas de natureza cultural. Dessa forma, propôs que essa demanda seja encaminhada à Secretaria da Cultura, visando a inclusão das manifestações periféricas nos instrumentos de fomento da pasta. Acredita-se que essa mudança poderá facilitar o desenvolvimento das ações e proporcionar benefícios significativos, especialmente para as comunidades envolvidas.

Rebeca informou ao grupo que o Grupo de Trabalho de Relações Institucionais elaborou, de forma colaborativa, um documento explicativo sobre o fluxo de solicitação de apoio por parte de requerentes à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania/Coordenação Municipal de Políticas para população LGBTI+. O material contém orientações sobre prazos, elementos obrigatórios no documento de solicitação e os contatos de e-mail. Este é o primeiro produto desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Relações Institucionais, em resposta à necessidade de padronização nos processos. O documento será encaminhado por e-mail a todos os conselheiros, que poderão contribuir por meio de comentários, de forma a evitar a duplicação ou modificação indevida das informações. Em breve, o material deverá ser submetido à aprovação do plenário do Conselho.

Esse procedimento visa criar um fluxo cada vez mais objetivo, no qual informações relevantes sejam devidamente comunicadas, reafirmando o compromisso com os direitos da população LGBTI+.

Foram realizadas as devidas votações para apreciação, por parte dos membros deste conselho, quanto à criação do projeto “Café com Política Pública” e à elaboração de material de apoio contendo informações relevantes à comunidade LGBTI+. Ficou acordado entre todos os presentes que esses assuntos deverão ser analisados com maior profundidade após a realização da IV Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+ e da Parada LGBTI+.

Tão logo foi informada pela conselheira Rebeca Rodrigues a solicitação de retirada de membros que se encontram ausentes, sem justificativa, em pelo menos três Reuniões Ordinárias consecutivas, decidiu-se que será enviado um e-mail com o comunicado oficial, contendo as devidas considerações aos referidos membros. O procedimento seguirá o que dispõe o Regimento Interno, sendo necessárias, no mínimo, três advertências formais antes que ocorra o desligamento do conselheiro.

Em relação às discussões referentes à Conferência Municipal, que ocorrerá nos dias 23, 24 e 25 de maio, na sede da FECAP, localizada nas proximidades da estação de metrô Liberdade, foi possível sanar a principal preocupação relacionada à organização do evento, especialmente no que diz respeito à localização e à mobilidade das pessoas participantes. Até o momento, já foram contabilizadas 210 inscrições. Destaca-se, ainda, a confirmação da presença de Symmy Larrat, atual Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, como palestrante magna na cerimônia de abertura da Conferência.

Os conselheiros manifestaram preocupação em relação à limitação do número de delegados representantes da cidade de São Paulo na próxima Conferência Estadual. Ressaltaram que tal medida pode desestimular a realização de conferências em outros municípios, especialmente naqueles que estão organizando o evento pela primeira vez.

Foi mencionado que o documento orientador da IV Conferência Estadual já foi aprovado previamente, não cabendo, portanto, modificações neste momento. Ainda assim, o Conselho Municipal de São Paulo manterá o diálogo e buscará formas de manifestar seu posicionamento de maneira respeitosa, sem recorrer, necessariamente, à apresentação de moções — conforme sugerido por alguns membros da comissão organizadora. Nesse sentido, o conselheiro Maciel propôs a possibilidade de uma reunião entre a Coordenadora de Políticas LGBTI+, Léo Áquilla, e o atual Coordenador da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, Rafael Calumby.

Tão logo foi mencionada por Rebeca Rodrigues a questão das contribuições ao Regimento Interno da IV Conferência Municipal, destacou-se que, até o momento, apenas o conselheiro Maciel havia encaminhado sugestões e comentários, dentro do

prazo estabelecido até a sexta-feira anterior. Reforçou-se que tais apontamentos referem-se exclusivamente ao documento elaborado pela comissão organizadora.

Rebeca informou que o Kauan do Departamento de Participação Social, não pôde comparecer à reunião em razão de sua participação na Conferência de Igualdade Racial. Diante disso, discutiu-se a necessidade de reunir todas as sugestões já apresentadas e buscar a construção de um consenso coletivo.

Rebeca esclareceu que o objetivo da reunião era consolidar as observações feitas pelos membros da comissão e apresentar ao Departamento de Participação Social um documento contendo as intenções, críticas e propostas do grupo, devidamente comentadas. Ressaltou, ainda, que o conteúdo original do regimento não seria alterado neste momento, mas que seriam incluídos comentários que expressassem as posições da comissão. A assessora comprometeu-se a defender tais observações junto ao referido departamento e a apresentar, até sexta-feira, uma nova versão do regimento com os devidos comentários.

Ficou acordado que uma nova rodada de diálogo com o Departamento de Participação Social ocorrerá na segunda ou terça-feira da semana seguinte. Também foi definida a realização de uma nova reunião da comissão, com o objetivo de dar continuidade ao processo de revisão do documento.

Durante a reunião, foi compartilhada a tela com a minuta do Regimento Interno, assegurando que todos os participantes pudessem acompanhar visualmente o conteúdo em discussão. Foram debatidas, em especial, sugestões de alteração no artigo primeiro do regimento, que trata da convocação da Conferência. O conselheiro Maciel propôs a inclusão de justificativas fundamentadas em portarias e decretos federais que estabelecem a obrigatoriedade da realização da conferência, com o objetivo de contextualizar sua necessidade legal. A comissão reconheceu a relevância da proposta e indicou que o texto sugerido será incorporado como contribuição ao documento.

Rebeca sugeriu que os presentes se dividissem para a leitura coletiva do texto, com foco especial na análise do segundo artigo. Ao final, reiterou seu compromisso de organizar as contribuições recebidas e de representar os apontamentos do grupo junto ao Departamento de Participação Social. Destacou, ainda, a importância da padronização das siglas utilizadas no documento e da inclusão da informação precisa de que esta conferência é uma iniciativa conjunta com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Ideraldo manifestou-se acerca da complexidade jurídica e social relacionada à maioria civil e sexual de adolescentes LGBTQIA+, especialmente no contexto

brasileiro. Ressaltou que, tanto no estado de São Paulo quanto em outras unidades federativas do país — bem como em comparação com legislações internacionais — essa temática requer atenção e sensibilidade específicas.

Ideraldo salientou que adolescentes LGBTQIA+ enfrentam barreiras legais que os impedem de exercer livremente sua identidade de gênero e orientação sexual. Defendeu, de forma objetiva, que a fixação da idade mínima de 18 anos para participação em determinados espaços e processos decisórios pode, inicialmente, atender às exigências da regulamentação estadual. No entanto, destacou que a temática demanda um debate mais amplo e aprofundado, considerando suas implicações sociais e jurídicas.

Os conselheiros enfatizaram que adolescentes LGBTQIA+ existem, possuem demandas específicas e devem ser ouvidos e acolhidos. Ressaltaram que impedir sua participação em espaços de discussão política ou na construção de políticas públicas configura, em suas palavras, uma forma de exclusão institucional.

Por fim, foi proposta a inclusão, no regimento da Conferência Estadual, da possibilidade de participação de adolescentes LGBTQIA+, garantindo-lhes o direito à fala e à presença como ouvintes.

No que se refere às diretrizes e critérios para o credenciamento de participantes e a composição da delegação para a Conferência Municipal, foram definidos parâmetros que envolvem a confirmação de presença acompanhada de informações relevantes, tais como a composição da delegação, com base nos dados coletados durante o processo de credenciamento. Destacou-se que o formulário de credenciamento deve incluir perguntas fundamentais, como: “Deseja ser delegado(a) para a Conferência Estadual?”, além da coleta de dados demográficos relevantes, como raça/cor, identidade de gênero, condição de deficiência, entre outros.

Ressaltou-se, ainda, a necessidade de garantir a proporcionalidade da delegação conforme os parâmetros estabelecidos nacionalmente, tais como: 7% de pessoas negras, 53% de mulheres, 2% de pessoas com deficiência (PCDs) e 2% de pessoas indígenas. Essas informações devem ser coletadas previamente no ato do credenciamento, a fim de assegurar o cumprimento das metas de representatividade previstas.

Em seguida, foi discutida a programação a ser desenvolvida nos dias 23, 24 e 25 de maio, sendo pontuadas algumas alterações relevantes.

Ressaltou-se a importância de estabelecer um prazo limite para a coleta das moções, destacando que, após o evento, será necessário sistematizar o conteúdo recebido

para fins de apresentação e arquivamento. Ficou consensualmente definido que o dia 24/05 será a data-limite para o recebimento das moções.

A reunião também abordou a garantia de liberdade para a discussão e elaboração de moções nos grupos de trabalho, sendo permitido o recolhimento de assinaturas até as 17h do dia 24 de maio. Rebeca reforçou que esse prazo é necessário para viabilizar a sistematização das proposições de forma adequada.

A presidenta retomou a palavra, agradecendo a participação de todos (as/es), e anunciou o encerramento da Reunião Ordinária. Não havendo mais pautas a serem tratadas, a reunião foi concluída às 12h15.

A ata será encaminhada aos participantes para apreciação e, após leitura e aprovação, será devidamente publicada.